ALTERNATIVAS PARA A CIDADE II
Insurgências e alternativas: horizontes contra-hegemônicos no Capitaloceno

Gustavo Nagib[1] e Katia Atsumi Nakayama[2]

De repente, tem-se a sensação de um grande colapso planetário. Não é raro deparar-se com a palavra “apocalipse” em textos jornalísticos, literários ou científicos. O Capitaloceno realiza-se no cotidiano: grandes queimadas, enchentes, deslizamentos de terra, escassez de água doce, entre outras manifestações da crise socioambiental, às quais se somam os deslocamentos humanos forçados e as desigualdades climáticas. O espaço urbano está no centro desta crise, concentrando a grande maioria da população brasileira e a maior parte da população mundial, além de evidenciar profundas desigualdades socioespaciais, formas de hierarquização, segregação e fragmentação socioespacial, intensas modificações dos sistemas naturais, elevada impermeabilização dos solos, restrições à biodiversidade urbana e enfraquecimento das conexões entre as sociedades urbanas e os ciclos da natureza.

O Capitaloceno se associa, ainda, a uma profunda crise política nas mais diversas sociedades. O contexto atual revela sinais de possível enfraquecimento das democracias e de ascensão da extrema direita em diversos países. No caso brasileiro, o Capitaloceno vem acompanhado de indicativos da expansão do discurso conservador, da retomada da pauta de costumes no centro do debate político, do crescimento do negacionismo científico, das ameaças aos direitos humanos e da relativização da democracia. Ademais, o atual debate socioambiental aponta para preocupações relacionadas a queimadas criminosas na Amazônia, a ameaças aos territórios indígenas e a avanços da fronteira agropecuária sobre domínios naturais. Os campos simbólico e material entrelaçam-se em um novo plano político e espacial, no qual as ideias de futuro se confundem com a possibilidade de alcançá-lo, diante das dúvidas e dos conflitos do presente. A disputa parece se estabelecer entre aqueles que enxergam um futuro comum e aqueles que recorrem a um individualismo exacerbado, que tende a enfraquecer a compaixão, a solidariedade e a cooperação.

Complementarmente, considera-se aqui que a crise ecológica está instalada no espaço urbano, compreendido como produção social e base material na qual podem ser constatados os desafios socioambientais decorrentes do Capitaloceno e, dialeticamente, identificadas as transformações socioestruturais que indicam alternativas à sua superação. Neste escopo, desponta um conjunto de iniciativas preocupadas com a habitabilidade nas cidades de diferentes portes demográficos e de variados graus de influência na rede urbana a que pertencem. Mas quais seriam as insurgências frente ao Capitaloceno capazes de transformar a lógica hegemônica de produção do espaço urbano? Há, sim, diferentes maneiras de pensar as cidades.
Reunir os trabalhos deste número 38 foi, neste sentido, um exercício de aproximação entre diferentes formas de pesquisar, analisar, interpretar, narrar e experimentar a cidade. Os textos contemplam distintas escalas, territórios, representações e abordagens metodológicas, aproximando cartografias, ensaios, caminhadas, fotografias, narrativas, práticas participativas, experiências de extensão, reflexões teóricas e proposições. Em comum, eles buscam alternativas à ideia de uma cidade fadada ao Capitaloceno e procuram reconhecer aquilo que emerge das experiências concretas de seus habitantes.

É a partir desta diversidade que organizamos este número 38 em quatro eixos principais: *cartografias, narrativas e afeto*; *corpos e culturas*; *cuidado, justiça socioambiental e políticas de transformação*; *renaturalização, espaço público, práticas coletivas e mobilidade*. Os eixos se atravessam e se integram. As cartografias são também formas de cuidado; os corpos participam da produção da cultura e do território; a mobilidade é atravessada por desigualdades e disputas; a renaturalização não pode ser dissociada da justiça socioambiental; e as práticas coletivas revelam outras formas de imaginar e transformar a cidade.

Abrimos este número propositalmente com uma poesia sensível que aproxima saberes de diferentes gerações. Doriane Azevedo, William Moraes, Akemilly Luisa Dias dos Santos, Guilherme Montanher e David Garlet em **Paisagem em destaque: percursos, gestos e um “Reels” de possibilidades na Lagoa do Jacaré**, apresentam uma experiência de extensão universitária que aproxima crianças da paisagem por meio de caminhadas, registros e dinâmicas inspiradas nas redes sociais. O percurso feito pelos autores na lagoa revela memórias, conflitos e possibilidades de transformação do território.

No primeiro eixo – *cartografias, narrativas e afeto* –, reunimos os trabalhos que deslocam a cartografia de uma representação acabada do território e a compreendem como prática de escuta, experiência e produção de conhecimento. Em **Mapeando a *poiesis*: trajetórias conceituais para um outro habitar possível no Capitaloceno**, Carolina Akemi Martins Morita Nakahara e Lívia Nobre Baldochi percorrem a produção acadêmica recente sobre a *poiesis* e o habitar. Já no artigo **A cidade que se desenha em narrativas: escutas cotidianas e lugares de afeto como caminhos para compreender o urbano**, de Vitor Maciel de Britto Cunha e Sofia Vezzaro Taiarol, parte de conversas, cartografias, croquis e instrumentos de avaliação pós-ocupação para revelar, em São Lourenço/MG, narrativas que ultrapassam a imagem turística da cidade e se vinculam ao trabalho, ao esporte, à espiritualidade, às memórias e à convivência.

As águas também aparecem como possibilidade de cartografar aquilo que atravessa territórios em **Hidrológicas: um mapeamento geopoético das águas para a saúde planetária**, de Ana Carolina Santos Vicente, Córrego do Saracura, Geandre Tomazoni, Laura Hylodes, Maria Gascho Barbosa Reis, Ribeirão Anhumas, Ribeirão Baguaçu e Ribeirão São Bartolomeu. Em **Sociocartogramas en Auch: una metodología lúdica para cartografiar culturas, movilidades y vida cotidiana**, Juan Manuel Diez Tetamanti apresenta uma metodologia dos sociocartogramas para compreender experiências territoriais em Auch, na França. A eles se aproxima **Fotografia como memória e afeto: escutas fotográficas entre a presença e a ausência do meu avô no Capitaloceno**, de Gabriela Santiago Xavier, que transforma o acervo familiar e a trajetória de seu avô em ferramenta para discutir memória, saberes populares, autogestão da moradia e direito à cidade em meio ao Capitaloceno. Também neste eixo, **Cartografias temporárias do Nordeste: os novíssimos movimentos sociais na produção do espaço urbano**, de Manuela Cristina Rêgo de Carvalho, acompanha movimentos e coletivos articulados em redes e nas ruas, reunindo pautas ecológicas, feministas, antirracistas, decoloniais e anti-heteronormativas.

1 Pesquisador do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR). Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP).
2 Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Arquiteta e urbanista, Mestre e Doutora em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Neste primeiro eixo, também apresentamos o artigo **Cartografia social familiar como ferramenta de reparação após o rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG**, de Gabriel Mateus Silva Leite, Monique Sanches Marques e Laís Jabace Maia, os quais questionam o modelo neoliberal de exploração mineral a partir das consequências territoriais do desastre-crime de Mariana. Ao analisar o processo de cadastramento das perdas e dos danos conduzido pela Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, os autores discutem os limites das metodologias convencionais de registro e representação das experiências das populações atingidas. Finalizamos o eixo com o artigo **Como proteger a capacidade de contar outras histórias de paisagem? Contranarrativas além do desenvolvimento e da ruína**, de Gabriel Schvarsberg e Glaucineide do Nascimento Coelho, os quais discutem a produção das paisagens a partir de sua dimensão narrativa, questionando as relações de autoridade, seleção e apagamento. Ao problematizar as heranças coloniais e a lógica capitalista que moldam o imaginário ocidental, o trabalho defende a construção de ecologias situadas e de modos de vida enredados nos territórios, capazes de abrir possibilidades.

O segundo eixo – *corpos e culturas* – desloca a atenção para os sujeitos que, ao ocupar, circular, festejar, trabalhar, criar e reivindicar, produzem outras formas de presença na cidade. Iniciamos o eixo com o artigo **Notas delirantes para a retomada das cidades**, de Carolina Clasen e Alyssa Volpini, as quais aproximam os temas sobre pandemia, corpo e festa para refletir sobre as formas de ocupação e reivindicação da cidade. A partir de registros históricos e imagéticos, o trabalho recupera manifestações festivas e insurgentes como gestos capazes de reativar a dimensão pública da vida urbana. Nesse eixo também se encontra o artigo **Cidade, corpo, arquitetura: cosmopolítica pelos mutirões**, de Douglas Silveira Martini e Eber Pires Marzulo, que acompanham práticas de mutirão, cooperação e ajuda mútua desenvolvidas junto a coletivos e movimentos sociais. Esta dimensão coletiva da produção do espaço também atravessa **Periferias em circulação: movimentos culturais e insurgência urbana nas periferias de São Paulo**, de Amanda Machado de Liz, que analisa o rap, o grafite e a pixação como práticas capazes de desafiar a segregação e produzir novas formas de presença, circulação e visibilidade dos sujeitos periféricos. As mulheres também aparecem como protagonistas da produção cotidiana dos territórios em **Mulheres insurgentes: outras maneiras de ocupar na Região Metropolitana de Goiânia**, de Carolina Vivas da Costa Milagre, Maribel del Carmen Aliaga Fuentes, Daniela Judith Cortez Martínez e Marina Botelho Gardés.

O grafite e a pixação atravessam outros trabalhos deste eixo. Em **O *graffiti* como fissura no Capitaloceno: produção da cidade entre arte e experiência urbana**, Gabriele Vargas e Eduardo Rocha investigam situações em que o grafite produz aberturas nas formas dominantes de perceber, percorrer e apropriar-se da cidade. Já **O pixo como ação de ativação, reativação e transgressão de lugares** de Giesse Monteiro Alves de Andrade e Igor Guatelli, interpreta a pixação em São Paulo como prática insurgente e instrumento de luta social, tensionando as relações entre patrimônio, direito à cidade e justiça territorial. Em **O mural de grafite como dispositivo urbano que reorganiza percepções**, Gustavo Lassala retoma experiências como o "Mural da Luz" e o mural "Salve o Tapajós" para discutir as relações entre arte urbana, políticas públicas, ativismos e regimes de visibilidade.

Ampliando a discussão neste segundo eixo, em **Hello, Rain e o afrofuturismo de Nollywood: espaços urbanos insurgentes no imaginário sci-fi do Capitaloceno**, Arthur Simon Zanella questiona os futuros urbanos padronizados pela ficção científica ocidental e encontra no Afrofuturismo e no Africanofuturismo possibilidades de imaginar outros futuros a partir de cosmologias, corpos e territorialidades africanas. E Samira Proêza, em **Fincar os pés: migração, corpo e refúgios em tempos de Antropoceno**, acompanha a trajetória de Lena, mulher chola quéchua de Cochabamba, na Villa 31, em Buenos Aires. O corpo-território, atravessado por gênero, raça, colonialidade e migração, torna-se ponto de partida para compreender as rupturas provocadas pela crise socioecológica.

O terceiro eixo – *cuidado, justiça socioambiental e políticas de transformação* – reúne trabalhos que questionam a produção desigual do espaço, propondo deslocar o planejamento para a centralidade da reprodução da vida. Em **A política da lentidão: seres lentos e insurgências no urbanismo dromocrático**, Taís Beltrame dos Santos questiona a aceleração como princípio organizador das cidades. Idosos, crianças, ambulantes e populações tradicionais que introduzem fricções no tecido urbano e revelam outras possibilidades de habitar, baseadas na demora, na permanência e na reciprocidade. No artigo de Norma Gislene Urban Gomes, **Entre desigualdades e interdependências: territórios do cuidado como estratégia de transformação,** a autora articula urbanismo feminista e crítica às políticas habitacionais orientadas pelo mercado**.** O estudo propõe compreender a habitação como infraestrutura social do cuidado, deslocando-a de uma condição de produto para a de espaço ampliado de reprodução da vida.

Em **Planejamento territorial, saúde e justiça ambiental em diálogo: fundamentos para uma política integrada**, Marília Baldo Simões e Hugo Kamiya Tsuitsui discutem uma abordagem multiescalar capaz de articular habitação, mobilidade, sistemas de espaços livres, interseccionalidade, cuidado, envelhecimento e práticas alimentares, por meio das experiências do Novo PAC e do Projeto Na Régua, no Rio de Janeiro. As disputas pela permanência aparecem em **Processos contemporâneos de gentrificação no Passo dos Negros e na Estrada do Engenho, Pelotas/RS**, de Gabriela Droppa Trentin, Eduardo da Silva e Silva, Jaqueline Harumi Dias Takahashi e Eduardo Rocha. A partir da Caminhografia Urbana e do debate sobre *rent gap*, financeirização e crise socioecológica, o trabalho acompanha as transformações de territórios historicamente construídos por comunidades locais. Por fim, neste mesmo eixo, Rafael Kalinoski e Mario Prokopiuk propõem um mecanismo de regulação das locações de curta duração em Curitiba, procurando enfrentar a mercantilização plataformizada da moradia e seus efeitos sobre o direito à habitação, em **Tributação progressiva de locações de curta duração como instrumento de governança habitacional**.

O quarto eixo – *renaturalização, espaço público, práticas coletivas e mobilidade* – reúne trabalhos que interrogam os modos convencionais de organizar a cidade e procuram reaproximar infraestrutura, natureza, espaço público e vida cotidiana. Em **Soluções baseadas na natureza como alternativa para a cidade e para a drenagem urbana no Capitaloceno: uma revisão sistemática da literatura**, Rithiele Gonçalves Araujo, Luana Helena Loureiro Alves dos Santos, Thais Lemos da Silveira, Agnes Ramos Rodrigues, Natália dos Santos Petry, Juliana Tasca Tissot e Nirce Saffer Medvedovski sistematizam a produção sobre soluções baseadas na natureza aplicadas à drenagem urbana, destacando suas possibilidades para o controle do escoamento, a qualidade da água, a recarga de aquíferos e a mitigação de eventos extremos. Em **Três ideias para a cidade contemporânea: renaturalização, espaços abertos e continuidade do ambiente natural**, Maurício Couto Polidori e Fernanda Tomiello apresentam a renaturalização não como simples ornamentação, mas como infraestrutura ecológica, articulada a redes verdes e azuis e a sistemas de espaços abertos. A discussão sobre a paisagem como sistema aparece também em **Multifuncionalidades da paisagem: oportunidades do Sistema de Espaços Livres para Erechim/RS**, de Júlia Somavilla Dorigon e Daiane Regina Valentini. A partir de ferramentas de planejamento territorial e SIG, o trabalho investiga possibilidades de estruturação de um sistema integrado e multifuncional da paisagem urbana, aproximando infraestrutura verde, espaços livres e enfrentamento dos eventos climáticos extremos.

A infância retorna, diretamente relacionada ao espaço público, em **Urbanismo lúdico como expressão do direito à cidade: propostas de intervenção no entorno de escolas municipais do Coroado, em São Luís/MA**, de Diego Victor Moreira Roland e Melina Yumi Fujiwara. A mobilidade, por sua vez, também é apresentada como campo de disputa política. Em **Mobilidade como ato político: cicloativismo e a reconfiguração do espaço público**, Denis Ramón Funes Flores acompanha ações de coletivos como Bike Anjo, CicloCidade, Ameciclo e Pedalinas, compreendendo bicicletadas, ocupações e redes de apoio como práticas insurgentes que produzem comuns urbanos e tensionam o urbanismo rodoviarista.

A relação entre universidade, poder público e transformação cotidiana aparece em **A extensão universitária como meio de debate e proposição para a mobilidade ativa: o caso de Rio Branco do Sul/PR**, de Fernanda Cantarim e Eduardo Sinegaglia. A experiência articula estudantes e prefeitura em atividades de campo, debates e proposição de escadarias públicas, evidenciando as possibilidades e também os limites das ações colaborativas. Também sobre mobilidade, o artigo **Transformações na mobilidade urbana sustentável: uma análise do sistema *Bicing***, de Laura Lopes Cezar, examina o sistema de bicicletas compartilhadas de Barcelona e sua integração com outros modos de transporte, discutindo seus impactos sobre o espaço público, os benefícios socioambientais e os desafios para a consolidação de formas mais sustentáveis de mobilidade.

Neste número, além dos quatro eixos, em “processos e projetos”, recebemos a contribuição de Amanda Saba Ruggiero, Renata Bovo Peres, Carolina Akemi Martins Morita Nakahara, Guilherme Alves de Souza e Manuela Gaio Filla, com **Projeto Cidade que Educa: o início de um processo na Vila São José em São Carlos.** A experiência, construída entre universidade e comunidade, parte de oficinas de escuta e de demandas locais para qualificar espaços públicos, acessos escolares e mobilidade ativa, reafirmando a cidade como espaço de aprendizagem, participação e exercício da cidadania.

Por fim, na seção “parede”, apreciamos o ensaio fotográfico sobre passeios ciclísticos que acompanham cursos d’água, inclusive aqueles soterrados ou encobertos pelo concreto, em **Pedalar por rios: os trajetos do Pedal Hidrográfico na região metropolitana de São Paulo**, de Barbara Monfrinato. A experiência também mobiliza práticas colaborativas de produção e compartilhamento de conhecimentos, valoriza a redescoberta da paisagem urbana e estimula a imaginação de outras formas de viver e percorrer a cidade.

Ao percorrer este número 38, bem como o seu complementar, o número 37, encontramos diferentes proposições para a produção do conhecimento e para a produção do espaço urbano. Há cartografias, fotografias, narrativas, plantios, caminhadas, pedais, festejos, mutirões, ocupações, resistências, projetos e representações das cidades. Há corpos que reivindicam presença, memórias que recusam o apagamento, águas que insistem em atravessar os territórios e práticas coletivas que abrem brechas na lógica hegemônica de (re)produção do espaço.

Talvez seja justamente nesta multiplicidade que esteja uma das principais forças destes dois números da *PIXO*. Os trabalhos aqui reunidos não apresentam uma única perspectiva aos desafios contemporâneos das cidades. Antes, indicam perguntas, alterações de rota e experimentações. Entre cartografias e narrativas, corpos e culturas, cuidado e justiça, natureza e mobilidade, eles revelam que transformar o espaço é também transformar os modos de representá-lo, narrá-lo e compartilhá-lo.

Agradecemos à equipe da revista *PIXO* pela parceria, em especial, a Eduardo Rocha e Jaqueline Takahashi, por acolherem estas discussões e oferecerem este precioso espaço para que diferentes perspectivas, experiências e formas de pensar a cidade pudessem se encontrar. Agradecemos pela abertura ao diálogo e pela possibilidade de reunir trabalhos que, a partir de distintas abordagens, indaguem a lógica hegemônica de conceber e (re)produzir o espaço urbano, ensaiando outras possibilidades de existência, convivência e transformação, necessárias em tempos de crise. Que estes números 37 e 38 da *PIXO* sigam reverberando para além de suas páginas, alimentando novas ideias, conversas, encontros e práticas. Boa leitura!